

**MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA**  
**EDIÇÃO: MARÇO 2021**

### **A. DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ ÀS ÁGUAS DO VALE DO TEJO E PERDAS DE ÁGUA NO ABASTECIMENTO**

#### **1. A que se deve a dívida de 6.307.180,17€ às Águas do Vale do Tejo, S.A.?**

O processo de transferência para o sistema multimunicipal da anterior “Águas do Centro Alentejo” (AdCA) da rede de fornecimento em alta da água ao nosso Concelho, contratado em 2004, revelou elevadíssimos custos para a Autarquia, designadamente: a sobre faturação nos primeiros oito anos do contrato (2005-2013); a cobrança do tratamento de águas pluviais na ETAR de Reguengos de Monsaraz e nas diferentes PITAR's do concelho; e, a consideração da parte não comparticipada do investimento na rede em alta na faturação apresentada ao Município de Reguengos de Monsaraz.

Todos estes processos foram sendo devidamente contestados pela nossa autarquia, nos momentos adequados e perante as entidades competentes.

O valor faturado pelo fornecimento efetuado em alta de água (AA) pela empresa multimunicipal Águas do Centro Alentejo foi até ao ano de 2013 de aproximadamente 4,9 milhões de euros, ao qual acresceu 3 milhões de euros faturados por tratamento de águas residuais (AR). Da análise efetuada à data da revisão dos preços resultou o cálculo de uma sobrefaturação total em AA e AR em alta, que ascendeu a cerca de 1,9 milhões de euros (24% de sobrefaturação).

No contrato inicial era igualmente previsto o pagamento da “água da chuva” que chegava à ETAR e às PITAR's, originando custos elevadíssimos e totalmente indevidos para a Autarquia. Esta injustiça só foi corrigida mais recentemente com o processo de agregação dos sistemas de abastecimento em alta.

Igualmente no âmbito desta concessão ao Sistema Multimunicipal foi concretizado um investimento global no sistema em alta no Concelho de Reguengos de Monsaraz superior a 13 milhões de euros, com taxas baixíssimas de comparticipação de fundos comunitários (em média um pouco acima de 30%). Os restantes 70%, 9,1 milhões de euros, foram sendo refletidos nos preços apresentados na faturação aos Municípios pela concessionária em alta.

A não existência desta faturação indevida e injusta, levaria a um total equilíbrio entre despesas com o sistema em alta e receitas cobradas aos munícipes.

A situação atual com a sobrefaturação reconhecida e corrigida, a não faturação do “tratamento da água da chuva” e os custos de investimento diluídos em acordos de regularização de dívida (ARD) justos, origina atualmente uma situação equilibrada que permite ao Município liquidar integralmente toda a faturação da empresa Águas de Vale do Tejo e iniciar o normal pagamento do ARD.

Acrescente-se que, em todo este processo, sempre resistimos politicamente a aumentos de preço aos munícipes acima do que considerámos justo, apesar das pressões que não raras vezes sentimos.

**MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA**  
**EDIÇÃO: MARÇO 2021**

### **2. Existe algum sistema implementado que permita avaliar as perdas por roturas?**

Atualmente existe uma monitorização dos caudais aduzidos aos aglomerados urbanos, implementado pelo sistema de Telegestão do Sistema de Abastecimento de Água ao Concelho de Reguengos de Monsaraz em 2010.

Este sistema de Telegestão permite ao Município de Reguengos de Monsaraz controlar as infraestruturas (captações, estações de bombagem e reservatórios), bem como a medição dos caudais à saída dos reservatórios e obter o registo dos consumos à entrada dos aglomerados urbanos mais problemáticos, aquando da implementação deste sistema.

Sempre que necessário, os serviços municipais efetuam avaliações dos caudais noturnos para determinação de possíveis ocorrências não visíveis.

### **3. Foi dito em reunião de Câmara que as obras no sistema de abastecimento permitiriam uma poupança de 10% que correspondia a cerca de 50.000€. Confirma que as perdas anuais sejam aproximadamente de 500.000€?**

Claro que não.

As perdas anuais de água nunca foram nem poderiam ser de 500 mil euros, atenta a boa realidade do Município de Reguengos de Monsaraz nesta área da gestão municipal.

Parece-nos que a confusão da pergunta se situa na diferença entre “percentagem” e “pontos percentuais”; em todo o caso tentaremos detalhar toda a explicação para correta informação dos Reguenguenses.

Só para melhor enquadramento em matéria de perdas reais de água, podemos deixar alguns dados do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal 2020 (RASARP2020) elaborado pela entidade reguladora ERSAR.

Assim, com base nos dados de 2019, todos os sistemas de abastecimentos de água de Portugal continental tinham perdas globais médias de 125 litros por ramal/dia.

Considerando a média global do Alentejo e Algarve para os sistemas semelhantes ao nosso (densidade de ramais superior a 20 por Km de rede) as perdas são ainda um pouco superiores: 128 litros por ramal/dia.

Em Reguengos de Monsaraz este indicador de perdas situava-se num valor inferior a um terço: 41 litros por ramal/dia. Este é o segundo valor mais baixo de todo o Alentejo Central, existindo municípios que ainda apresentam valores até 9 vezes o apresentado por esta autarquia!

Mas queremos manter e melhorar este desempenho.

Com este desígnio estratégico foi elaborado em 2018 um Plano de Redução de Perdas (PRP) que serviu de documento base para a candidatura a fundos comunitários do projeto “Controlo Ativo de Perdas”. Através deste projeto o Município de Reguengos de Monsaraz assume o objetivo de atingir

### MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA EDIÇÃO: MARÇO 2021

um índice de Perdas Reais de Água (PR = extravasamentos dos reservatórios, roturas)  $\leq 13\%$ , até ao terceiro ano pós-implementação do investimento “ZMC das Redes de Abastecimento de Água do Concelho de Reguengos de Monsaraz”.

O PRP partiu dos seguintes pressupostos e objetivos anuais:

Perdas reais verificadas em 2017: 23,4%

Perdas reais estimadas para 2018: 23,0% - 121,3 mil euros

Perdas reais objetivo para 2019: 13,0% - 68,5 mil euros

Torna-se assim fácil compreender que esta redução no índice em 10 pontos percentuais, corresponde a um objetivo de poupanças anuais de 52,8 mil euros, reduzindo as perdas reais em 43,5%.

Mas as boas notícias não se ficam por aqui. A reprogramação deste projeto para 2021 não significou que estivéssemos parados, pois foram acontecendo outros investimentos na rede em baixa que permitiram registar perdas reais em 2018 de 17,4% (em vez dos 23% previstos no PRP), uma poupança de 30 mil euros, e em 2019 a ERSAR já divulgou só perdas reais de 10,9%, mais uma poupança de 60 mil euros.

É este significativo passo na melhoria da eficiência do sistema de abastecimento de água aos Reguenguenses que as obras em curso irão proporcionar. Irão igualmente controlar ainda mais as chamadas perdas aparentes do sistema (erros de medição, avaria dos contadores e usos indevidos), contribuindo para um valor adicional de poupança de recursos públicos.

Temos por isso a convicção que a esmagadora maioria dos Reguenguenses compreende o objetivo maior e os benefícios destas intervenções. Justificam-se, por tudo isto, alguns incómodos que as obras possam causar, perante os quais pedimos desde já desculpas e agradecemos toda a compreensão que temos sentido perante as mesmas.

É mais um contributo que deixamos para a sustentabilidade do Município e do seu sistema de abastecimento de água.

#### 4. Como é monitorizado o consumo de água à data?

Os consumos de água são atualmente monitorizados através do registo da água que sai em cada reservatório e também do registo dos caudais aduzidos a determinados aglomerados. Também são efetuados os registos, pela Sociedade Águas do Vale do Tejo em cada ponto de entrega de água ao sistema municipal.

#### 5. Qual o valor por metro cúbico pago pelo município à Águas do Vale do Tejo, S.A.?

O valor por metro cúbico pago pelo Município de Reguengos de Monsaraz à Águas do Vale do Tejo, S.A. é de 0,6016€ para o fornecimento de água e de 0,5394€ para o saneamento, recolha e

### MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA EDIÇÃO: MARÇO 2021

tratamento de efluentes.

A este valor devemos acrescentar os custos de gestão do sistema de abastecimento de água e de saneamento, recolha e tratamento de efluentes, cuja gestão eficiente tem permitido ter taxas de cobertura dos custos tendencialmente equilibradas, sem qualquer aumento relevante de tarifários nos 8 últimos anos. Pelo contrário temos criado alguns tarifários diferenciadores como são exemplo o tarifário social e o tarifário para famílias numerosas.

#### 6. Está prevista alguma obra estruturante para resolver o problema das perdas de água?

Como já deixámos claro, apesar do Município de Reguengos de Monsaraz se encontrar bem abaixo dos valores médios nacionais no índice de Perdas Reais, existe ainda um percurso a fazer para reduzir todos os índices que nos levem às Perdas de Água atuais no sistema. Neste sentido e já este ano iniciaremos o programa de Controlo Ativo de Perdas (cujo funcionamento está previsto para início de maio de 2021), que permitirá controlar os níveis de Perdas Reais na rede de distribuição de água do concelho e agir sempre que detetados consumos anómalos que possam significar roturas de água.

Também será implementado um procedimento de renovação do Parque de Contadores, com sistema de telemetria, que permitirá a médio prazo melhorar a eficiência da leitura dos consumos domiciliários e em tempo real detetar os usos indevidos.

### B. RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ:

#### 1. De acordo com o Relatório de Verificação Interna do Tribunal de Contas em 2016 houve capacidade financeira para cumprir o Limite de Dívida Total. Qual o motivo para não se ter cumprido nos anos subsequentes?

De acordo com o Relatório de Verificação Interna dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício económico e financeiro de 2016, o Tribunal de Contas concluiu que a conta reúne condições para ser homologada, após a nossa Autarquia ter prestado todos os competentes esclarecimentos que foram solicitados.

Nos quatro anos subsequentes (de 2017 a 2020), o Município elaborou e implementou um Plano de Saneamento Financeiro e, após a utilização integral do capital dos empréstimos celebrados ao abrigo do mesmo (no último trimestre de 2018), manteve o cumprimento da regra financeira de redução do excesso da dívida e demonstra um percurso totalmente positivo tendente ao cumprimento do limite da dívida total. Neste período, com o encerramento do exercício de 2020, estima-se uma redução do excesso de endividamento bem acima de 40% ao longo dos 4 exercícios

### MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA EDIÇÃO: MARÇO 2021

económicos, com a previsão de que este indicador esteja abaixo dos 2 milhões de euros em dezembro de 2020 quando, no passado, já tinha atingido mais de 6 milhões.

Tal como aconteceu com a homologação da conta de 2016 (e das anteriores), prestaremos nos exercícios subsequentes todos os esclarecimentos para demonstrar esta evolução financeira bastante positiva, num quadro de elevado nível de aproveitamento dos fundos comunitários em obras públicas municipais, sempre aprovadas por unanimidade nos órgãos autárquicos.

Claro que quando falamos em endividamento nunca nos devemos esquecer que, no ano de 2006, foi assumido e contabilizado um “passivo” a rondar os 5 milhões de euros, não reconhecido na contabilidade até então e que se repercutiu e repercutirá nos orçamentos municipais.

A evolução do endividamento líquido do Município de Reguengos de Monsaraz deve, assim, ser enquadrada num conjunto de factos que tiveram origem em anos anteriores a 2005, mas cuja correta contabilização da despesa apenas foi efetuada no início deste ciclo autárquico. Este valor de 5.097 mil euros pode sintetizar-se da seguinte forma:

· Dívida à ADSE dos anos de 1987 a 2005	739 mil euros
· Contencioso Abovigia	203 mil euros
· Recurso Hierárquico Projeto 6.1-2001.60.001974.7	194 mil euros
· Processo massa insolvente João Cerejo dos Santos	212 mil euros
· Dívida à Caixa Geral Aposentações anterior a 2005	1.289 mil euros
· Processo de Compensação SISA	865 mil euros
· Outros processos	1.595 mil euros

Sem esta afetação de cinco milhões de euros de recursos financeiros municipais em responsabilidades que não tiveram a sua origem em factos reconhecidos nos exercícios financeiros no qual ocorreram, este ciclo autárquico teria decorrido sem qualquer excesso de endividamento.

## 2. Que estratégias estão a ser tomadas pelo município para controlo do Limite da Dívida?

As estratégias que estão a ser implementadas pelo Município de Reguengos de Monsaraz há alguns anos para controlo do cumprimento legal da redução do excesso de endividamento e redução da dívida total face ao limite, são as medidas constantes no Plano de Saneamento Financeiro aprovado pelos órgãos autárquicos em novembro de 2016, cujo acompanhamento é apresentado em relatórios semestrais à Câmara e à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 6 do Artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, republicado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

**MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA**  
**EDIÇÃO: MARÇO 2021**

### **3. Foi tornado público que em 2019 a taxa de execução orçamental foi de 93%. Já tem dados referentes a 2020?**

Os Documentos de Prestação de Contas de 2019 foram aprovados e divulgados em abril de 2020, nos quais é demonstrado grau de execução orçamental de 93%.

Relativamente ao exercício económico e financeiro de 2020, já é possível estimar provisoriamente um grau de execução orçamental que se deverá manter nos 93%, significativamente acima dos 85% impostos pela Lei.

Até final deste mandato autárquico serão prestadas as contas de 2020, onde se demonstrará o cumprimento integral dos indicadores e regras financeiras legalmente exigíveis, algo inimaginável há meia dúzia de exercícios económicos atrás.

### **4. Foi levantado algum processo pelo Tribunal de Contas para esclarecer o incumprimento relatado em 2017 e 2018?**

A abertura de qualquer verificação interna às contas municipais pelo Tribunal de Contas está sujeita ao dever de confidencialidade. Obviamente, em todos os anos, o Tribunal de Contas tem procedido à verificação da prestação de contas municipal, as quais têm sempre sido homologadas com o normal contributo dos esclarecimentos deste Município que, mais do que nunca, está no caminho correto para atingir o equilíbrio e sustentabilidade financeira, através dum processo de saneamento que evidencia, até ao presente momento, total sucesso nos objetivos que traçou no seu Plano (PAF).

## **C - PROJETO MELTIC**

### **1. Um ano depois do início do Projeto Meltic, que tinha a duração de um ano: quem são os cinco reguenguenses que participaram neste projeto?**

O Projeto MELTIC - “Fusão de Ideias entre as Tecnologias de Informação e Comunicação e as Ciências da Saúde para os Cidadãos dos Territórios de Baixa Densidade” foi aprovado no âmbito do ORION - Open Responsible Research and Innovation to Further Outstanding Knowledge, projeto financiado pelo EU Horizon 2020 e tem como objetivo principal a cocriação de informações úteis de pesquisa na área da Saúde e das TIC, com vista à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus residentes em territórios de baixa densidade.

O financiamento deste Projeto pressupunha visitas técnicas aos diferentes parceiros, nomeadamente o líder do projeto Instituto de Salud Calos III (Espanha), Câmara Municipal de La Palma del Condado (Espanha), Hospital Deta (Roménia) e Câmara Municipal de Mirabello (Itália).

Atendendo à situação pandémica que se vive a nível mundial, a Comissão Europeia não autorizou

### MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA EDIÇÃO: MARÇO 2021

as viagens previstas e financiadas e o Projeto deu início na modalidade online.

Toda a calendarização do Projeto teve que ser reajustada, estando a conclusão do Projeto prevista para o segundo semestre deste ano.

Relativamente aos participantes indicados pelo Autarquia, após as devidas consultas às diferentes entidades, são: Clara Lourenço (Coordenadora da Unidade de Cuidados na Comunidade Almoreg); Elsa Reis (Coordenadora do Projeto Educação para a Saúde do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz); Carla Martins (Interna de Medicina Geral e Familiar da Unidade de Saúde Familiar Remo); Élia Quintas (Vice-presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz com o pelouro da Saúde) e Nuno Rosmaninho (Delegado Regional da Cruz Vermelha Portuguesa de Évora).

### 2. Podemos saber em que se materializou a participação de Reguengos de Monsaraz?

O Projeto ainda está a decorrer, uma vez que se teve que proceder a um reajustamento da calendarização devido à situação pandémica. A participação de Reguengos de Monsaraz será a de contribuir com ideias e propostas que visem as tecnologias para a saúde e como estas podem melhorar a qualidade de vida dos residentes em territórios rurais.

As propostas chegarão à Comissão Europeia através de um Memorando que servirá de guia para as decisões a tomar nas políticas públicas europeias.

### 3. Qual o resultado final do projeto e que mais valia trouxe para o concelho de Reguengos de Monsaraz?

No final deste ano teremos todo o gosto de apresentar os resultados obtido pelo Projeto MELTIC, que está a correr de forma muito produtiva com parceiros muito interessantes e complementares, no âmbito desta temática.

MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA  
EDIÇÃO: MARÇO 2021

**Posição da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz relativamente à ação sindical desenvolvida no dia 9 de março pelo STAL e sobre a qual o jornal Palavra pediu um esclarecimento à autarquia.**

Documento aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz de 10/3/2021.

### VOTO DE PROTESTO

Confrontados com a colocação de um outdoor na cidade de Reguengos de Monsaraz com uma campanha difamatória da autoria do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL) onde, de forma leviana e de má fé, se publicita que a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz paga salários abaixo do salário mínimo nacional, impõe-se, desde já, repudiar veementemente o conteúdo do mesmo, por não corresponder minimamente à verdade.

**É falso que exista precariedade no Município de Reguengos de Monsaraz!**

**É lamentável que este Sindicato, que reuniu na semana passada (dia 3 de março) com a Câmara Municipal não tivesse tido a boa-fé e a transparência de ter questionado sobre tal assunto. Nem nessa reunião, nem em qualquer outra ocasião!**

O Município de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), **integrou recentemente cerca de 60 trabalhadores que desempenhavam funções que correspondiam a necessidades permanentes da autarquia**, sendo, muito provavelmente, a autarquia do distrito de Évora que mais trabalhadores integrou, com a celebração contratos de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo desta medida de regularização extraordinária de vínculos precários.

**O empenho desta Autarquia em não ter trabalhadores em situações precárias é, assim, bem notório! Os números e as ações falam por si!**

Existem outras medidas sociais locais implementadas pela Câmara Municipal que emergiram da necessidade de dar resposta a situações de maior vulnerabilidade social e económica que estão legalmente fundamentadas e enquadradas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, não se enquadrando minimamente no conceito de trabalho em funções públicas. Não podem estas medidas de solidariedade social só aplicáveis a beneficiários com carência socioeconómica, que não beneficiam de quaisquer outras medidas de apoio social, configurar qualquer vínculo laboral e muito menos o apoio concedido no âmbito das mesmas ser equiparado a remuneração.

MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA  
EDIÇÃO: MARÇO 2021

**O Município de Reguengos de Monsaraz, considera-se, com o conteúdo do outdoor em apreço, ofendido na sua consideração e por todo o respeito e confiança que lhe merecem os munícipes do concelho, não pode deixar de apresentar queixa junto do Tribunal contra este ataque calunioso e atentatório do bom nome desta Autarquia. Irá igualmente, no mesmo local, denunciar o carácter difamatório desta mensagem.**

**É com enorme tristeza que o Município de Reguengos de Monsaraz constata que o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL) está contra uma medida que tem como único objetivo o apoio social daqueles que mais precisam.**

**Este voto de protesto é igualmente uma ação de defesa veemente no sentido de podermos continuar a ter no Concelho de Reguengos de Monsaraz umas das mais eficazes medidas de combate a situações de grande dificuldade social e fundamental na eliminação de potenciais situações extrema pobreza.**

Reguengos de Monsaraz, 10 de março de 2021

MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNAL PALAVRA  
EDIÇÃO: MARÇO 2021

### Declarações da vice-presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Élia Quintas.

**Começam hoje as atividades da Creche, pré-escolar e 1º Ciclo: Como foi preparado este regresso? Os professores/educadores e auxiliares das creches, pré-escolar e 1º Ciclo do Agrupamento de Reguengos vão ser testados? Quando? Como vai proceder-se à Testagem? As crianças também vão ser testadas? As crianças vão usar máscara?**

A preparação do regresso às aulas dos mais novos - creches, educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico - aconteceu com tranquilidade e de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação colocadas em prática sob a gestão do Agrupamento de Escolas. Em termos de preparação dos espaços físicos e da sua funcionalidade mantiveram-se as medidas já definidas anteriormente e que integram o Plano de Contingência. A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz manteve, como é hábito, o papel de parceiro de primeira linha.

Segundo o Ministério da Educação, a testagem de docentes e não docentes dos ciclos de ensino que iniciam atividades hoje, dia 15 de março, está prevista entre os dias 16 e 19 de março. O Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz tem o seu levantamento realizado (lista de pessoas a testar) e entregue à DGEstE- Direção de Serviços da Região Alentejo, aguardando indicações concretas sobre a data em que decorrerão os testes. A ação de testagem, respeitando mais uma vez as orientações da tutela, acontecerá em princípio na escola sede - Escola Secundária Conde de Monsaraz. De acordo com a informação oficial disponibilizada, a testagem dos alunos de ensino secundário está prevista aquando do seu regresso (19 de abril), desconhecendo-se a existência de diretrizes sobre os restantes ciclos de ensino. Relativamente ao uso de máscaras, não sendo obrigatório, o Agrupamento de Escolas tem defendido sempre e recomendado o seu uso pelos alunos de 1º ciclo, tendo igualmente prevista a compra de máscaras para distribuição aos mesmos - ação que pode ser complementada, em caso de necessidade, com o apoio da Proteção Civil Municipal.